

**Público, 28 de Junho de 2021, p. 10.**

**Luís Reis Torgal\***

### **E SE SÓ A CIÊNCIA FOR REVOLUCIONÁRIA?**

O poeta algarvio Bernardo de Passos terá escrito ou tornou a redigir esta quadra solta de feição popular, muito conhecida e de grande significado:

P'ra mentira ser segura  
E atingir profundidade,  
Tem que trazer à mistura  
Qualquer coisa de verdade.

Andei à procura destes versos, de que vagamente me lembrava, depois de ter visto no *YouTube* essa tão falada intervenção, no colóquio do MEL (Movimento Europa e Liberdade), de Nuno Palma, apresentado como economista e historiador, da Universidade de Manchester, com comentários do também economista Professor António Nogueira Leite, e após ter lido também a troca de comentários entre o meu colega José Pacheco Pereira e o jornalista João Miguel Tavares, autodenominado da direita liberal, que já nos habituou às suas crónicas do *Público*.

O que me impressiona é ver como se usa e abusa da História, como se se tratasse de um simples argumento de discursos políticos e não de uma ciência, a ponto de um jornalista e comentador televisivo, José Gomes Ferreira, ter escrito, com todo o descaramento, como quem ensina os historiadores, um livro que é um sucesso de livraria (como acontece hoje em quase toda a “cultura do espectáculo”), com o bombástico título *Factos escondidos da História de Portugal*. As suas “verdades” foram desmontadas num

---

\* Professor catedrático jubilado da Universidade de Coimbra.

agora chamado *podcast* (nem sabia que assim se denominava), de forma científica e elegante, por colegas a quem nem reforço os louvores que já lhes fiz pessoalmente porque não sou especialista em história dos “Descobrimientos” (a que se reduz para Gomes Ferreira a “História de Portugal”, num discurso nacionalista) e porque coisas tão parvas como textos desse tipo, a que jornais como o *Expresso* deram cobertura, não merecem que percamos tempo.

Todavia, convém — ainda que o meu texto possa ser apelidado, ironicamente, de “paternalista” e “educador” —, falar do discurso de Palma e de alguns dos últimos artigos de Tavares (João Miguel), entre eles um com o título propositadamente salazarista, a glosar o hino da Mocidade Portuguesa”, “E assim cá vamos, cantando e rindo” (*Público*, 17 de Junho de 2021).

O certo é que as tão faladas ficções sobre o salazarismo têm um fundo de verdade e, se não pretendem contar mentiras, falta-lhes a consistência da análise histórica. Palma, com os gráficos ilusórios mas comprovativos das “verdades” que pretendeu impor, quis provar que a economia nacional e o PIB cresceram com o Estado Novo, louvando assim indirectamente o regime, assim como subiram os índices de alfabetismo, ao contrário do que sucedeu na I República. Serão em parte reais estas conclusões, mas um historiador teria sempre de enquadrar esses fenómenos em toda a sua complexidade. Não o fez e apenas se escudou na ideia vaga de que o Estado Novo era “indefensável” — “indefensável” para nós que vivemos em democracia (o que alguns parecem esquecer), mas não para o salazarismo que sempre se considerou antiliberal, antidemocrático e anticomunista: “Quanto a nós que nos afirmamos por um lado anticomunistas e por outro antidemocratas e antiliberais, autoritários e intervencionistas...”, escrevia Salazar num dos seus discursos famosos, em 25 de Maio de 1940, no contexto da assinatura da Concordata.

A palavra “liberdade”, conceito nobre na terminologia política, está na moda, como uma espécie de culto, mas raramente se articula com a realidade do nosso tempo, fazendo crer (até nos discursos do chamado “socialismo moderno”) que não existem “indivíduos livres” e que toda a economia de mercado e a privatização, até dos bens essenciais, são benefícios ideais para sociedade. E algo de idêntico sucedeu no tempo do próprio liberalismo originário, do século XIX, em que dela se abusou em proveito de interesses particulares, mas em que alguns liberais, e nem sempre os mais extremistas, entenderam que a liberdade se teria de pautar pelo “interesse comum” (resultante das ideias de

igualdade e fraternidade), abrindo caminho à social-democracia. Quanto a esta, agora até Cavaco Silva parece arrogar-se — com a confirmação de alguns neoliberais — como o seu mais perfeito representante!

A defesa da “democracia liberal” (pelos vistos agora interpretada com referências salazaristas) é tão avassaladora que quase me pergunto ao ler certos artigos e intervenções de direita, como os textos de João Miguel Tavares, que francamente respeito e nunca deixo de ver, se, segundo eles, estamos numa democracia, apesar das críticas que podem ser feitas, ou numa anarquia institucional em que tudo resvala para a desgraça e onde reinam apenas esquerdistas que todos os dias se ouvem ao abrimos o rádio ou a televisão ou mesmo lermos os livros de História. É como se não tivéssemos justiça, finanças e economia, cultura, ciência, educação ou assistência social minimamente organizadas e vivéssemos num autêntico pântano, numa espécie de “república das bananas” ou de “ditadura de esquerda”, ou, noutras designações, em regimes que (para nosso espanto) tanto se consideram “meio-soviéticos” como “meio-corporativistas”. É como se não houvesse liberdade para pensar e para falar e até abafássemos as vozes populares de que usam e abusam essas redes sociais que não frequento, em parte para meu mal com certeza, mas para bem da minha saúde mental de velho reformado de muita coisa, menos de continuar a pensar criticamente.

É nesta medida que sou um combatente pela História (como sou pelo Jornalismo de investigação), não da que se improvisa, com grandes sínteses panorâmicas acerca da evolução, com alguns factos soltos, mas daquela em que se buscam as fontes e se procura narrar e interpretar com objectividade e contextualizadamente o passado (sem perder de vista o presente e até o futuro), se analisam os problemas com rigor e, especialmente, se lançam muitas dúvidas. E é por isso que me pergunto, também com alguma amarga ironia (respondendo com uma interrogação às muitas questões colocadas por Tavares): “E se só a Ciência for revolucionária?”.

Entretanto, nós todos, como cidadãos de uma democracia sempre imperfeita e sempre usada e abusada — cidadãos de esquerda, de direita ou de centro —, poderemos e deveremos criticar a sociedade com os nossos argumentos e interrogá-la com as nossas questões. Mas sem abusar da História nem de muitas outras Ciências que, bem sabemos, muitas vezes estão ao serviço não dos interesses públicos (que supõem a liberdade), mas de inimagináveis interesses particulares.

Este discurso não é catedrático, pois não?